



Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
“Capital Nacional do Cacau”
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



PARECER Nº 007/2022 – CCJCR

Presidente - Vereadora Elaine Wagner - PSC
Relator - Vereador Fredson Almeida Lopes - PSDB
Secretário - Vereador Henrique Amazonas Paganí Dantas - MDB
Membro - Vereador Sidney de Sousa Filho - DEM



ASSUNTO - Projeto de Lei Ordinária nº 003/2022 – Dispondo sobre “ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, autoria Executivo Municipal.

DATA: em 05 de maio de 2022.

HISTÓRICO

O Projeto de lei ordinária nº 003/2022 dispondo sobre abertura de crédito especial, é de autoria do Poder Executivo Municipal (art. 49 da LOM). Foi protocolado na CMM e iniciado sua tramitação regimental nos termos da Sessão Ordinária do dia 28 de março do ano em curso.

Iniciado sua tramitação, o Senhor Presidente, observado os termos regimentais (alínea j, do inciso XXIV, do art. 33 do RI) protocolou matéria na comissão CCJCR (of. Int. 017/2022-GAB/PRES/CMM).

Registrado protocolado da proposição na Presidência da Comissão de Justiça CCJCR, a Presidente procedeu tramitação regimental. A comissão reuniu-se em 30 de março de 2022, onde na oportunidade, foi apresentado à comissão o respectivo Projeto de Lei, sendo discutido preliminarmente na forma regimental, no ensejo, requerido e aprovado a solicitação à Presidência da Casa pedido de parecer jurídico da Assessoria Jurídica Legislativa.

Apresentada manifestação jurídica foi encaminhado à Presidente, em tempo, foi apresentado e protocolado na comissão o parecer jurídico requerido.

A comissão CCJCR cumprindo termo convocatório (Edital de Convocação nº 002/2022) reuniu-se em 26 de abril do ano em curso, onde na oportunidade foi aprovado e encaminhado diligência ao Executivo Municipal solicitando esclarecimentos sobre o presente pedido de Abertura de Crédito Especial.



Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
“Capital Nacional do Cacau”
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



A diligência acima qualificada foi respondida, protocolada na Secretaria Legislativa em 29 de abril e protocolado na Presidência CCJCR em 02 de maio do ano em curso.

Ao fim, projeto de lei foi encaminhado ao Vereador Fredson Lopes – relator CCJCR para parecer conclusivo.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Justifica o Executivo que o Projeto de Lei é para corrigir fonte de recurso, em função de mudanças na metodologia do Tesouro Nacional para aplicação dos percentuais em Educação e Saúde.

Que o orçamento foi elaborado usando também a fonte de recurso 15000000, pois a mesma no nosso município é proveniente de impostos, mas para nova metodologia só é considerado a fonte 15001001 para a Educação e 15001002 para a Saúde, por essa razão se faz necessário o Crédito Especial, para a devida correção.

Ressalta o Executivo que não está aumentando despesa, somente anulando da fonte 5000000 e suplementando nas fontes 15001001- Educação e 15001002 Saúde, ficando o orçamento no mesmo valor.

Em síntese é a justificativa do autor da matéria.

CONCLUSÃO E VOTO DO RELATOR

Excelência Senhor Presidente,
Senhores Vereadores e Vereadoras,



A matéria em análise legislativa é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo conforme artigo 49 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 49. São da iniciativa exclusiva do Prefeito, os projetos de leis que disponham sobre:.

IV – matéria orçamentária e que autorize a abertura de ou conceda auxílio, prêmio ou subvenções.



Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
"Capital Nacional do Cacau"
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



Na esfera federal a lei que trata de abertura de crédito suplementar ou especial é a lei nº 4.320/64, em seu artigo 43 dita as premissas para que seja aberto crédito suplementar e especial, vejamos:

Art. 43. A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

Vejamos o que diz a Constituição Federal de 1988:



Art. 167. São vedados:

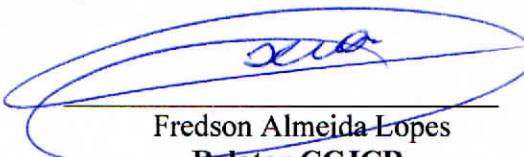
V - A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

Face ao exposto, ressalta-se que na Justificativa do Projeto para sua contemplação, o Executivo registra que a presente matéria é apenas adequação de nomenclatura do Orçamento Municipal vigente em função de mudanças na metodologia do Tesouro Nacional para aplicação dos percentuais em Educação e Saúde.

Dito isto, enfatizando a manifestação jurídica da Câmara Municipal, bem como a legislação aplicável, este relator entender, salvo melhor juízo, que a proposição em juízo contempla as prerrogativas de constitucionalidade, juridicidade, legalidade e a técnica legislativa, motivo pelo qual emite parecer **favorável à regular tramitação** do Projeto de Lei Ordinária nº 003/2022 e **sugere** aos demais edis da comissão e ao Plenário legislativo que acompanhe a manifestação do relator.

É o relatório.

Sala das comissões da Câmara Municipal de Medicilândia/PA, em 05 de maio de 2022.


Fredson Almeida Lopes
Relator CCJCR



Câmara Municipal de Medicilândia
Estado do Pará
“Capital Nacional do Cacau”
Poder Legislativo – CNPJ: 14.136.212/0001-05



Pelas conclusões:

Elaine Wagner
Presidente CCJCR

Pelas conclusões:

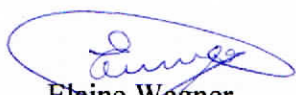
Sidney de Sousa Filho
Membro CCJCR



DELIBERAÇÃO DO PARECER Nº 007/2022-CCJCR

Aos cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e dois, às 09:00hs (nove horas), no cumprimento do Edital de Convocação nº 004/2022, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça CCJCR. Tendo como pauta deliberativa a seguinte matéria: **Projeto de Lei Ordinária nº 003/2022** – Dispondo sobre “ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, autoria Executivo Municipal. Havendo quórum, a Senhora Presidente Vereadora Elaine Wagner, em nome de Deus declarou aberta a reunião, em ato contínuo, franqueou palavra para as discussões, e em face da matéria já ter sido minuciosamente discutida, na oportunidade, havendo entendimento da comissão, o Vereador Relator Fredson Lopes, apresentou à Comissão o **Parecer Nº 007/2022/CJCR**, o qual defende a **regular tramitação** do Projeto em tela. Registrada leitura do parecer e estando de acordo, foi colocado em discussão e votação, obtendo aprovação unânime da comissão presente, passando a representar a manifestação desta, devendo projeto retornar à Mesa Diretora para prosseguimento tramitacional. É a avaliação da comissão.

Sala das Comissões Permanentes da Câmara Municipal de Medicilândia, Estado do Pará,
em 05 de maio de 2022.


Elaine Wagner
Presidente CCJCR

(Aus. Justificada)
Henrique Amazonas. P. Dantas
Secretário CCJCR


Fredson Almeida Lopes
Relator CCJCR


Sidney de Sousa Filho
Membro CCJCR